

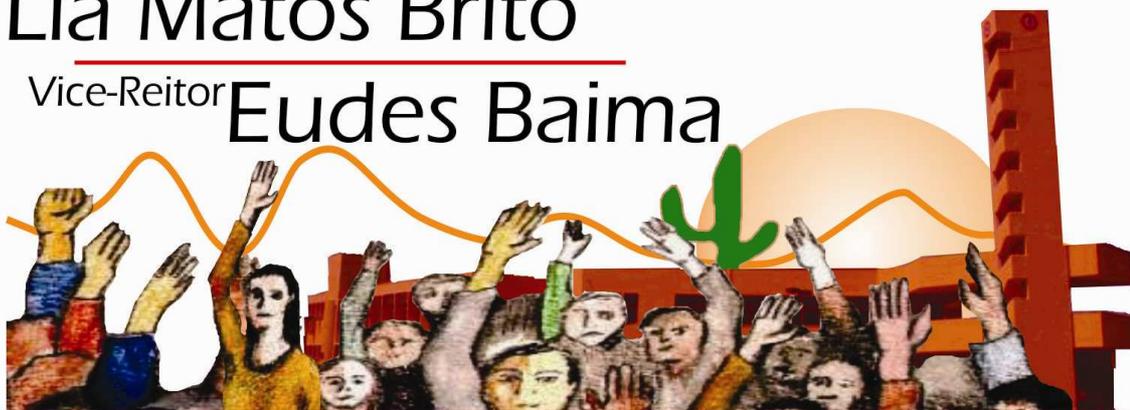
Reitora

**Lia Matos Brito**

Reitoria 2012/2016

Vice-Reitor

**Eudes Baima**



**Em defesa da UECE**

Pública, Autônoma e Democrática

## **PLANO DE TRABALHO**

Fortaleza – Ceará / 2012

# **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

## **PLANO DE TRABALHO - 2012 / 2016**

### **EM DEFESA DA UECE**

#### **REITORA:**

**Profa. Dra. Lia Matos Brito de Albuquerque**

#### **VICE-REITOR:**

**Prof. Dr. José Eudes Baima Bezerra**

Vivemos um momento de profunda crise política na UECE. Essa é uma crise que acerta em cheio as pilastras fundamentais da universidade pública: a autonomia e a democracia. Quando esses dois elementos se encontram ameaçados é o próprio caráter público da universidade que é atingido.

Por um lado, em particular a UECE, essa crise é de responsabilidade do Poder Público estadual que historicamente impõe o colapso às suas universidades, sobretudo por meio do estrangulamento provocado pela falta de professores, de servidores técnico-administrativos e do reduzido investimentos em infraestrutura.

Os Governos tentam impor entre nós uma concepção de serviço público e de universidade. Caminhamos, a depender do governo, para uma universidade que continue com uma administração subserviente, uma academia fundada na terceirização dos servidores e na instituição do professor substituto e temporário como regime normal de contratação.

Tivemos recentemente prova desses descasos, quando em outubro de 2011 foi publicada a Lei 15.012 que modifica Lei 13.104, colocando nas mãos do governador a nomeação do Conselho Executivo da FUNCAP por tempo indeterminado, em detrimento da participação das universidades nesta decisão.

Outro fato foi a edição da Lei Complementar nº 105/2011, que modifica a Lei Complementar nº 14/1999. A nova Lei publicada em dezembro último institui a figura do professor temporário, que poderá ser contratado para suprir *demandas de urgência* quando não se tiverem criado os cargos efetivos ou até que se providencie a realização de concurso público. Ou seja, a prescrição legal, que já não era cumprida, permite agora que se realize seleção e contratação de professores temporários sem nenhum condicionante a não ser a "demanda de urgência". Isto representa um passo firme rumo à consolidação do trabalho precário como forma regular de contratação nas estaduais cearenses.

Esses casos são exemplos concretos de ataque à autonomia das universidades estaduais do Ceará, mas mesmo assim, tanto a atual administração da universidade quanto a alternativa de renovação eleitoral ficaram totalmente silenciadas, quando não divulgaram, muito menos abriram o debate no âmbito da instituição para socializar à comunidade.

Este é o outro lado da responsabilidade sobre essa crise, ou seja, o modelo histórico de administração da UECE vem se adequando a essas imposições governamentais. Mais que isso, tem criado ente de caráter privado no seio da própria universidade pública, como o IEPRO, que capta recursos financeiros e tenta suprir o papel e a omissão do Estado. Esta organização é defendida por seu caráter legal, mas é indefensável do ponto de vista moral e ético, quando não é transparente em suas ações, mas, sobretudo, porque proporciona a privatização das atividades dentro da UECE, utilizando seu patrimônio físico e humano. Anuncia-se, portanto, um regime de autofinanciamento cuja base é a venda de serviços universitários e os convênios público-privados por meio de institutos privatizantes como esse.

Nossos docentes se veem quase que obrigados a se submeterem à humilhante situação de contraírem recursos financeiros por meio do IEPRO para viabilizar condições objetivas para a realização de suas pesquisas, quando o próprio estado é que deveria cumprir sua obrigação constitucional de financiamento da universidade pública.

Esse quadro tem nos empurrado para o limiar da "universidade dos doutores", sustentada pelos projetos individuais de cada um e pela captação de recursos não orçamentários, baseada na competição extrema entre os pares e num produtivismo irracional. Tudo isso representa a crise de autonomia da UECE.

A grave situação financeira da UECE é acentuada por uma distribuição desigual de recursos públicos entre diferentes centros da universidade e, particularmente, entre interior e capital, como a expressar a ideia de uma instituição que privilegia "centros de excelência" em detrimento de um desenvolvimento igualitário de todos os seus *campi*.

A ausência de democracia na UECE é ainda perceptível quando não se realiza um amplo debate em torno do estatuto e do regimento da universidade. No máximo organizam-se pequenas comissões, que temporariamente efetuam reformas que não proporcionam um ambiente democrático no âmbito da UECE. Esse modelo de administração vem sempre reforçado por atitudes de arrogância, personalismo e clientelismo.

O quadro é sombrio e as composições eleitorais que se anunciam, ora articuladas com o poder atual na UECE ora com clara posição de subalternidade diante dos governos de plantão, se propõem a realizar apenas pequenos ajustes de administração, ou seja, não enfrentarão a problemática central que vem causando a crise na universidade.

Diante de toda essa situação pela qual atravessa a UECE e após exaustiva reflexão realizada por um grupo de pessoas ligadas aos movimentos docente e estudantil decidimos construir um novo movimento: lançar a chapa **EM DEFESA DA UECE** para concorrer à consulta para a Reitoria, administração 2012 a 2016. Com a chapa **EM**

**DEFESA DA UECE** nasce uma esperança concreta de administração universitária pautada sobre as pilastras da universidade pública, autônoma e democrática.

Precisamos de uma nova **Reitoria** que seja capaz de liderar a comunidade universitária na resistência a políticas que atacam a autonomia e a democracia da UECE. Uma nova reitoria com prática de administração que se comprometa a colocar democraticamente nas mãos da comunidade as reformas estatutárias e regimentais, por meio de uma Estatuinte livremente eleita e que seja arrojada para reconquistar o financiamento público, fazendo face à disseminação de cursos pagos e evitando a implementação e/ou o aperfeiçoamento de instrumentos de privatização, como o IEPRO.

Decidimos tomar este compromisso de defesa da UECE como um dever e, assim, apresentar uma chapa expressiva das lutas, conquistas e perspectivas dos que querem uma UECE efetivamente pública, gratuita, autônoma e democrática.

**Profa. Dra. Lia Matos Brito de Albuquerque**, candidata à **Reitora**, e **Prof. Dr. José Eudes Baima Bezerra**, candidato à **Vice-Reitor**, são docentes de reconhecido compromisso com a defesa da UECE e com as recentes conquistas (PCCV, concursos de professor efetivo e investimento em infraestrutura), experimentados em vários níveis da administração acadêmica, reconhecida produção científica e com forte laço com os movimentos sociais.

Para colocar a ideia de uma nova forma de administrar a UECE, aqui defendida pela chapa **EM DEFESA DA UECE**, será consolidado um **Plano de Trabalho** com os diversos segmentos da comunidade (professores, estudantes e servidores técnico-administrativos), logo no início da administração, por meio de metodologia participativa no formato de Seminários e Oficinas realizadas em todos os *campi*, interior e capital, num amplo exercício de democracia.

Nesses encontros, a metodologia abrangerá as etapas do diagnóstico, problematização, construção de alternativas de solução para os diversos problemas da UECE e consolidação do **Plano de Trabalho** que norteará as ações da **Reitoria** para o quadriênio 2012-2016. Os trabalhos que tem como meta a consolidação do Plano de Trabalho partirão do conjunto das **Diretrizes** abaixo relacionadas:

1. Política de financiamento público exclusivo das universidades estaduais, com previsão de verbas para expansão e interiorização. Cobrança pela vinculação de verbas orçamentárias do erário estadual à altura das necessidades e desafios de expansão e melhoria da qualidade das IEES cearenses.
2. Plano de Infraestrutura abrangendo os *campi* do interior e da capital e que dê conta da demanda atual e da expansão da universidade.
3. Política de interiorização que garanta a expansão dos cursos de graduação, implantação da pós-graduação que atenda a demanda da microrregião em torno das Faculdades, assistência estudantil e implementação de infraestrutura que proporcione as condições de formação no interior.

- 4.** Convocação imediata do Congresso Estatuinte que elabore novos estatutos e regimento geral, com destaque para a extinção da lista tríplice para a escolha de reitor e vice-reitor, para o estabelecimento do peso paritário do voto dos segmentos universitários e da paridade nos órgãos colegiados. Administração autônoma da Universidade, consagrando o autogoverno da instituição.
- 5.** Concurso para professor efetivo e servidores técnico-administrativos. Fim da precarização do trabalho docente.
- 6.** Implantação do plano de cargos e carreiras para servidores técnicos administrativos.
- 7.** Auditoria imediata do IEPRO com ampla divulgação no meio acadêmico e empreendimento de meios para sua extinção progressiva. Pelo fim dos cursos pagos na UECE.
- 8.** Política de pós-graduação dos docentes que assegure o pleno direito ao afastamento, superando os vários constrangimentos impostos atualmente aos que querem avançar na formação. Incentivo à pós-graduação dos docentes da capital e do interior. Plano de apoio à constituição de grupos de pesquisa em todos os campi da UECE.
- 9.** Plano abrangente de universidade, vinculando a pesquisa, o ensino e a extensão.
- 10.** Política de assistência estudantil que assegure o direito de estudar, promovendo as condições materiais básicas para isso, com medidas emergenciais. Efetivação de uma política de Estágios Universitários na UECE.
- 11.** Criação de mecanismos públicos, democráticos de planejamento da universidade tendo em vista sua vinculação com as necessidades mais prementes da sociedade.